

## PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA UM TRABALHADOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE TÉCNICO SUPERIOR - NA ÁREA DE ARQUITETURA PAISAGISTA - CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO

## ATA N.º 1

----Aos catorze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, pelas onze horas e quarenta e cinco minutos e na sequência do despacho número 87/2025 -PCM, de dez de outubro de dois mil e vinte e cinco, reuniu no Edifício dos Paços do Concelho o Júri do procedimento em epígrafe, tendo estado presentes o Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, António Sousa Fernandes, que presidiu, a Chefe da Divisão do Ambiente, Filomena Paula Caetano Simões Bexiga, e a Técnica Superior, Carla Alexandra Braz da Silva Ferreira Forte, para proceder à definição dos métodos de seleção constantes do artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sequência da remissão efetuada pelo n.º 1 do Artigo 17.º e pelo n.º 2 do Artigo 18º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na ----Assim, o júri deliberou a aplicação dos seguintes métodos: ------------ A Prova de Conhecimentos (PC) visa avaliar os conhecimentos profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício de determinada função. É adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. É permitido aos candidatos a consulta de legislação, desde que desprovida de anotações. Assume a forma escrita, natureza teórica, de realização coletiva, com a duração de duas horas. ----------Temas e Legislação aplicáveis: Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação; Regimes de Vinculação, Carreiras e de Remunerações na Administração Autárquica, estabelecido no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual; Acordo coletivo de trabalho 70/2019, publicado no Diário da República n.º 94, de 16 de maio, 2.ª série; Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (ROSMEC), publicado no Diário da República n.º 5/2025, Série II, através do





Aviso n.º 658/2025/2, de 8 de janeiro; Regulamento Diretor do Plano Municipal de Mafra (1.ª alteração nos termos dos artigos 118.º e 119.º do atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicada no Diário da República n.º 51/2023, série II, através do Aviso n.º5280/2023, de 13 de março) disponível em <a href="https://www.cm-mafra.pt/p/pdm2023">https://www.cm-mafra.pt/p/pdm2023</a>; Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município de Mafra, disponível em https://www.cm-mafra.pt/pages/1144?news\_id=2455; Regime Jurídico Nacional (RJREN) (Decreto-Lei Reserva Ecológica nomeadamente o art. 20º e o anexo I, na sua atual redação); Legislação estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira (Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de Maio, na sua atual redação); Regime Jurídico aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna (Decreto-Lei n.º 92/2019, na sua atual redação); Regime da Acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, na sua atual redação); Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto (Decreto-Lei n.º 203/2015 de 17 de setembro, na sua atual redação); Regime Jurídico Gestão do Arvoredo Urbano (Lei n.º 59/2021 de 18 de agosto, na sua atual redação); Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação); **Elementos** Instrutórios Dos Procedimentos Previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de Fevereiro, na sua atual redação); projeto de execução, Conteúdo obrigatório do bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras (Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, SECÇÃO XIII - Espaços exteriores, na sua atual redação); Conceitos Técnicos **Atualizados** Domínios do Ordenamento do Território E do Urbanismo (Decreto Regulamentar n.º 5/2019 de 27 de setembro, na sua atual redação);

1 My 2000



Regulamento de Espaços Verdes e de Espaços Livres não Florestais do Município de Mafra (Regulamento n.º 489/2015) disponível em https://www.cm-mafra.pt/pages/615. --------- Avaliação Psicológica (AP) visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. É valorada através das menções classificativas de Apto e Não Apto. -----A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), que visa avaliar, numa relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Para esse efeito, será elaborado um guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido, associado a uma grelha de avaliação individual, que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise, avaliada numa escala de 0 a 20 valores. Terá a duração máxima de trinta minutos. Serão consideradas as seguintes competências: ---------1. Orientação para Resultados, visa focar a ação em objetivos que acrescentam valor para a sociedade e para o cidadão, otimizando a utilização dos recursos, garantindo elevados padrões de qualidade e, no seu todo, a sustentabilidade da atividade da Administração Pública. -----Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos: ----- Ultrapassa obstáculos e dificuldades na persecução dos objetivos, de forma a alcançar os resultados previstos. ----- Avalia as necessidades de recursos e gere o que pode ser partilhado, reduzido ou eliminado. ------• Apresenta contributos para a prevenção e correção de falhas e para a melhoria de processos e procedimentos. -----

----2. Organização, Planeamento e Gestão de Projetos: visa em assegurar uma utilização metódica de informações e equipamentos, garantir o cumprimento

de prazos, procedimentos, custos e padrões de qualidade, gerir as expectativas

3 Obs



das partes interessadas, realizar ou respeitar o planeamento da atividade, sua e de outros, e preparar-se antecipadamente para as tarefas e atividades. ------Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos: -----recursos que utiliza, segundo sistemas lógicos e Organiza compreensíveis. -----• Define autonomamente as etapas e prazos de realização das suas atividades. ----- Controla a execução dos projetos no que respeita ao cronograma, recursos financeiros, padrões de qualidade e a satisfação das expectativas das partes interessadas. --------- 3. Gestão do conhecimento, visa adquirir, atualizar e aplicar o conhecimento, partilhar o conhecimento e garantir a captura, armazenamento e acesso às informações e ao conhecimento na organização.-----Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos: ------• Identifica e utiliza oportunidades de desenvolvimento, mantendo-se atualizado/a no âmbito de saberes relevantes. ----- Orienta os outros na aquisição e aplicação do conhecimento especializado que possui. -----· Cria e implementa procedimentos para capturar, organizar, armazenar, controlar e facilitar o acesso à informação e ao conhecimento relevantes. ------4. Orientação para a colaboração, visa estabelecer relações efetivas com os seus interlocutores, contribuir para uma rede relacional colaborativa e promover um clima de bem-estar para alcançar objetivos comuns. -----Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos: ------ Partilha informações, conhecimentos, práticas e recursos e promove a troca de ideias nas suas relações de trabalho. ----- Estabelece uma rede facilitadora de comunicação e contribui para que as equipas se sintam valorizadas. ------ Assume os objetivos comuns partilhando tarefas, atividades e responsabilidades. ---------Consideram-se excluídos da valoração final os candidatos que obtenham uma valoração inferior 9,5 valores num dos métodos de seleção (Prova de



OF = (PCx0.50) + (EACx0.50)

em que:

OF = Ordenação Final

PC = Prova de Conhecimentos

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências

AC = HA + FP + EP + AD

Em que:

**HA** = Habilitação Académica

**FP** = Formação Profissional

**EP** = Experiência Profissional

**AD** = Avaliação do Desempenho

MI



A Habilitação Academica (HA), pondera a titularidade de grad academico
ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes:
Habilitações académicas:
Doutoramento - 20 valores
Mestrado na área de Arquitetura Paisagista - 19 valores
Licenciatura em Arquitetura paisagista, sendo ponderada a classificação final
obtida na mesma, de acordo com a graduação seguinte:
a) Licenciatura, com classificação final entre 10 e 12 valores – 10 valores;
b) Licenciatura, com classificação final entre 13 e 14 valores – 12 valores;
c) Licenciatura, com classificação final entre 15 e 16 valores - 14 valores;
d) Licenciatura, com classificação final entre 17 e 18 valores - 16 valores;
e) Licenciatura, com classificação final entre 19 e 20 valores - 18 valores;
A Formação Profissional (FP), considerando-se as áreas de formação e
aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências
necessárias ao exercício da função, sendo o máximo 20 valores:
Sem ações de formação na área pretendida – 0 valores; Formação Específica
em Desenho assistido por computador, Autocad ou outras formações referentes à
legislação de Domínios do ordenamento do território, urbanismo, património e
reabilitação urbana, acessibilidades, florestas e paisagem, acima especificada: por
cada ação, até 35 horas - 0,25 valores; de 35 a 60 horas - 0,50 valores; superior
a 60 horas – 1 valor
<b>Experiência Profissional (EP)</b> com incidência sobre a execução de
atividades inerentes ao posto de trabalho e ao grau de complexidade das mesmas:
Na área: sem experiência - 0 valores; experiência igual ou inferior a 5 anos -
4 valores; entre 5 e inferior ou igual a 10 anos - 8 valores; entre 10 e inferior ou
igual a 15 anos - 12 valores; entre 15 e inferior ou igual a 20 anos - 16 valores e
superior a 20 anos - 20 valores
Só será contabilizado como tempo de experiência profissional o correspondente
ao desenvolvimento em funções inerentes à categoria a contratar
A Avaliação de Desempenho (AD) que pondera a avaliação relativa ao
último período, não superior a três ciclos de avaliação, em que o candidato cumpriu



ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho
a ocupar:
Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro: Desempenho Inadequado - 6 valores;
Desempenho Adequado - 12 valores; Desempenho Relevante - 16 valores,
Desempenho Excelente – 20 valores
Aos candidatos que não possuam avaliação de desempenho serão atribuídos
10 valores
A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), nos mesmos moldes da
suprarreferida
A Ordenação Final (OF) dos candidatos que completem o procedimento
resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos dois
métodos de seleção, que será expressa numa escala de 0 a 20 valores e será
efetuada através da seguinte fórmula:
OF = (ACx0.50) + (EACx0.50)
Em que:
<b>OF</b> = Ordenação Final
AC = Avaliação Curricular
EAC = Entrevista Avaliação Conhecimentos
Excecionalmente, quando o número de candidatos seja de tal modo elevado,
tornando-se impraticável a utilização de todos os métodos de seleção, a entidade
empregadora pública pode limitar-se a utilizar como único método de seleção
obrigatório a Prova de Conhecimentos (PC) ou a Avaliação Curricular (AC)
Em caso de igualdade de valoração dos candidatos, os critérios de preferência
a adotar serão os previstos no Artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de
setembro
A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de
valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efetuada,
valoração e em sicuação não comigurada pela lei como preferencial, e erectuada,
de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

c) Valoração da Formação Profissional-----



Nada mais havendo a tratar, deu o presidente do Júri por encerrada a reunião,
quando passavam vinte minutos das treze horas, da qual, para constar, se lavrou
a presente ata, leu em voz alta, aprovou e que vai ser assinada por todos os
presentes:
W
To Seed
Paletonle